

# Governo dos EUA embarga peças do CTA

Terezinha de Almeida  
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Sete tubos para o tanque de combustível do veículo lançador de satélites (VLS), que está sendo desenvolvido pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTA), foram embargados no dia 30 de julho pelo governo norte-americano sob suspeita de que o material seria destinado à indústria bélica. Eles foram enviados a Chicago para uma indústria metalúrgica que realiza o tratamento térmico dos tubos. Segundo o tenente-coronel Tiago da Silva, vice-diretor técnico do Instituto de Atividades Espaciais (IAE) existe uma tentativa do Ministério do Exército de liberá-los na próxima semana.

O tenente-coronel Tiago da Silva disse ainda que o CTA precisa de US\$ 150 milhões para dar continuidade ao desenvolvimento do projeto VLS. No início do ano o Governo destinou ao programa Cr\$ 1,5 bilhão, que no entanto foram gastos até julho. O instituto aguarda agora a liberação de pelo menos mais Cr\$ 150 milhões até setembro para o andamento dos estudos. A maior parte desse montante seria enviado à Embraer para o desenvolvimento da ogiva do foguete. "Se conseguirmos a verba necessária o VLS estará pronto em setembro de 93", previu o tenente. Isso quer dizer que o satélite brasileiro, com previsão de término em 91, será lançado por foguetes estrangeiros.

Este ano o CTA recebeu apenas 25% da verba prevista para o desenvolvimento do VLS e existem previsões de que no próximo ano o Governo liberará somente 15% do montante solicitado para o projeto. Os US\$ 150 milhões necessários ao CTA seriam utilizados ainda para os computadores de bordo do VLS e para o banco de controle, que alimenta o lançador de energia.

Os tubos brasileiros foram apreendidos pelos americanos sob a alegação de investigação da procedência e utilização do material. Desde outubro o Governo da Inglaterra também apreendeu produtos pirotécnicos brasileiros (pequenos sistemas para liberação de estágios de foguete), comprados pelo governo brasileiro naquele país pelo preço de US\$ 1,5 milhão. O material foi requisitado sob a suspeita de que seria utilizado pela indústria bélica brasileira.